

REVISÃO SISTEMÁTICA, INTEGRATIVA E DE ESCOPO

PREVENÇÃO COMBINADA FRENTE AO HIV/AIDS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NACIONAL

Gabriel Campelo Sotero ¹ , Guilherme Augusto Souza Prado ² 

COMBINED PREVENTION AGAINST HIV/AIDS: A SYSTEMATIC REVIEW OF NATIONAL LITERATURE

PREVENCIÓN COMBINADA CONTRA EL VIH/SIDA: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA NACIONAL

Resumo: A seguinte pesquisa tem como objetivo investigar as práticas, relatos e experiências de intervenção que utilizam a prevenção combinada como estratégia de contingenciamento da infecção pelo HIV/Aids. Para isso, analisou-se e foi problematizada a produção científica nacional por meio de uma revisão sistemática, utilizando-se os descritores Prevenção combinada e HIV/Aids, com o operador booleano de busca AND. Foram filtrados estudos em português e sem corte temporal. Utilizou-se como base de dados de busca a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Dos 102 artigos encontrados, foram incluídos para fazer parte da pesquisa 24. Os estudos incluídos foram agrupados e discutidos em três eixos principais: recortes populacionais; estratégias de acesso ao cuidado, serviços e assistências; e diferentes abordagens e estratégias de prevenção. Como resultados, observou-se que há uma variedade regional nas pesquisas nacionais a respeito da prevenção combinada ao HIV/Aids; que há uma prevalência em estudos somente com população adulta na faixa dos 18 aos 30 anos; uma grande quantidade de estudos focados em investigações clínicas e epidemiológicas e também a presença de intervenções associadas a aplicativos móveis.

Palavras-Chave: Prevenção Combinada; HIV/Aids; Revisão Sistemática.

Abstract: The following research aims to investigate intervention practices, reports and experiences that use combined prevention as a contingency strategy for HIV/AIDS infection. To this end, national scientific production was analyzed and problematized through a systematic review, using the descriptors Combined prevention and HIV/Aids, with the Boolean search operator AND. Studies in Portuguese were filtered without a time cut. The Virtual Health Library (VHL) was used as a search database. Of the 102 articles found, 24 were included to be part of the research. The studies included were grouped and discussed in three main axes: population sections; strategies for accessing care, services and assistance; and different prevention approaches and strategies. As a result, it was observed that there is a regional variety in national research regarding combined HIV/AIDS prevention; that there is a prevalence in studies only with the adult population aged between 18 and 30; a large number of studies focused on clinical and epidemiological investigations and also the presence of interventions associated with mobile applications.

Keywords: Combined prevention; HIV/Aids; Systematic review.

Resumen: La siguiente investigación tiene como objetivo investigar prácticas, informes y experiencias de intervención que utilizan la prevención combinada como estrategia de contingencia ante la infección por VIH/SIDA. Para ello, se analizó y problematizó la producción científica nacional a través de una revisión sistemática, utilizando los descriptores Prevención Combinada y VIH/Sida, con el operador de búsqueda booleano AND. Los estudios en portugués fueron filtrados sin corte de tiempo. Se utilizó como base de datos de búsqueda la Biblioteca Virtual en Salud (BVS). De los 102 artículos encontrados, se incluyeron para formar parte de la investigación 24. Los estudios incluidos fueron agrupados y discutidos en tres ejes principales: secciones poblacionales; estrategias para acceder a atención, servicios y asistencia; y diferentes



¹Graduado em Psicologia. Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), Parnaíba, Piauí, Brasil. gabrielcampelosotero@gmail.com

²Doutor em Psicologia. Professor titular pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), Departamento de Psicologia, Parnaíba, Piauí, Brasil. guispra@gmail.com

enfoques y estrategias de prevención. Como resultado, se observó que existe una variedad regional en las investigaciones nacionales sobre la prevención combinada del VIH/SIDA; que existe prevalencia en estudios únicamente con población adulta de 18 a 30 años; una gran cantidad de estudios se centraron en investigaciones clínicas y epidemiológicas y también en la presencia de intervenciones asociadas a aplicaciones móviles.

Palabras clave: Prevención combinada; VIH/SIDA; Revisión sistemática.

Introdução

Ao tratarmos da prevenção ao HIV/Aids ela se soma à intensa estigmatização das pessoas que vivem com o vírus ou com a síndrome, na qual muitas vezes são associadas a populações já marginalizadas como homossexuais, pessoas usuárias de drogas e profissionais do sexo. Na década de 1990, com a percepção da rápida disseminação do HIV e da Aids via relações heterossexuais em países de média e baixa renda, tais parâmetros mudaram e passamos a compreender como a epidemia afetava cada vez mais as populações pobres, amplificando as vulnerabilidades postas pelo estigma. Porém, permaneceu a associação da síndrome com comportamentos socialmente recriminados, como se a Aids fosse a doença do outro, o que dificultou a percepção de susceptibilidade ao vírus e a adoção de práticas preventivas (Bavinton *et al.*, 2019).

Substituindo a ideia de grupos de risco e a de comportamento de risco, surge a proposta da vulnerabilidade ao HIV. No Brasil, tal abordagem se radicalizou incorporando-se às políticas públicas no contexto da Reforma Sanitária. Tal conceito foi útil para repensar as estratégias de prevenção da síndrome, revelando os condicionantes de gênero, raça e classe social (Dourado *et al.*, 2016).

Por mais que em diversos lugares do mundo a epidemia siga concentrada em populações de homens que fazem sexo com homens (HSH), trabalhadoras do sexo e usuários de drogas, é marcante o caráter heterossexual e a pauperização da epidemia em países de baixa e média renda. A resposta ao HIV é complexa e exige a combinação de medidas biomédicas, comportamentais, de redução de danos, a reestruturação e qualificação das políticas públicas e dos serviços de saúde, além da diminuição das desigualdades sociais na perspectiva dos direitos humanos. Apesar dos avanços no tratamento, a prevenção primária e o combate ao estigma seguem sendo desafios (UNAIDS, 2016).

Estamos na quarta década da epidemia de HIV e a complexidade das dimensões envolvidas a torna uma metáfora moderna para (re)atualizar essa epidemia de sentido. A narrativa hegemônica da resposta ao HIV no Brasil foi construída desde a década de 1980 e foi moldada pelas vozes de uma coalizão diversificada da sociedade civil, profissionais médicos, agentes sociais e artistas.

Uma virada na política brasileira relacionada ao HIV/Aids ocorreu em 1996, quando foi aprovada uma lei garantindo a disponibilidade universal da terapia combinada, ajudando a reduzir o estigma e a ligação entre HIV e morte. Já no início da década atual, os esforços de tratamento e prevenção baseados em tecnologias e na extensão do tratamento a todas as pessoas que vivem com HIV foram importantes (Butturi Junior, 2019).

A despeito disso, a camisinha não é a única forma de proteção contra a infecção pelo vírus do HIV, pois também existem intervenções nos campos comportamentais e biomédicos que foram sendo inventadas e progressivamente incrementadas. Intervenções incorporadas ao campo da estratégia denominada de Prevenção Combinada, como destacado no Guia Básico de Prevenção Combinada, elaborado pela Coordenação do Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo (2017), por exemplo.

Calais e Perucchi (2017) apontam que a estratégia da Prevenção Combinada se baseia na associação de um conjunto de ferramentas relacionadas à prevenção ao HIV/Aids, que abarcam desde aspectos comportamentais, a testagem e o tratamento com o uso de fármacos, como a Terapia Antirretroviral (TARV), Profilaxia pré-exposição (PrEP) e Profilaxia pós-exposição (PEP). Ainda de acordo com os autores, há um enfoque atual na utilização dos antirretrovirais como forma de prevenção, pois essa iniciativa diminui as chances de transmissão do HIV por quem está fazendo o uso dos TARV, caso haja o sexo sem o uso da camisinha.

Sobre o uso do preservativo no Brasil, percebe-se uma relação com a ideia de que a camisinha sempre foi considerada o método mais eficaz na prevenção ao HIV/Aids, mas que a partir dos últimos anos apareceram outras formas para a prevenção. Aponta-se a necessidade de estudar as mais diversas combinações de estratégias de prevenção e verificar a eficácia da utilização do preservativo como única forma segura de ter

relações sexuais. Levando-se em consideração outras formas de se pensar a prevenção ao HIV, para além da camisinha, classificada como intervenção biomédica clássica, têm surgido interesse de estudos focados em temáticas comportamentais, na perspectiva da percepção de risco, na de redução de danos e também com enfoque nas intervenções medicamentosas para tratamento e prevenção ao vírus do HIV (Dourado *et al.* 2015).

Parker (2000) aponta diversas mudanças nas formas de intervenção frente ao vírus que procuram responder às características diversas da epidemia, com a proposição e a aplicação de novas perspectivas para a prevenção e a assistência ao HIV. Tais mudanças surgem como forma de responder às dimensões sociais, econômicas e políticas da difusão da epidemia, não se resumindo às intervenções estritamente comportamentais e eventualmente estigmatizantes, utilizadas no início dos estudos de prevenção ao HIV.

Entendendo-se essas transformações nas formas de intervenção e pesquisa frente ao HIV, o presente plano de trabalho surge da necessidade de conhecer os diversos atravessamentos nos quais a Prevenção Combinada está inserida e frente aos quais ela é realizada. Há uma variedade de questões importantes no campo das práticas e discursos de prevenção e assistência ao HIV/Aids, se levarmos em consideração que a camisinha não é a única forma de proteção, assim como a difusão e implementação dos fármacos mais recentes (antirretrovirais, PrEP e PEP).

Nesse âmbito, dispomos-nos a investigar as práticas, relatos de experiência e intervenções que utilizam a Prevenção Combinada como estratégia de contingenciamento da infecção pelo HIV/Aids. Investigou-se, ainda, na presente pesquisa, o que a literatura aponta sobre a aplicação dessas estratégias, os desafios, impasses, êxitos e quais os resultados alcançados com a implementação da Prevenção Combinada.

Como objetivo geral, o trabalho discutiu, por meio da pesquisa, a produção científica em português a respeito da estratégia da Prevenção Combinada e da distribuição das áreas profissionais implicadas nelas, os tipos de práticas que têm se efetivado com a noção de Prevenção Combinada ao HIV/Aids. Já como objetivos específicos têm-se: mapear a compreensão da estratégia da Prevenção Combinada ao HIV/Aids a partir dos estudos, práticas e experiências relatadas na literatura científica em língua portuguesa sobre o tema; investigar os atravessamentos condizentes às condições sociais, relacionais e contextuais, no que diz respeito ao acesso à Prevenção Combinada para o contingenciamento do HIV/Aids e outras ISTs; e estabelecer um sentido de ordem prática para a Prevenção Combinada voltado para o cuidado e atuação em saúde no contexto HIV/Aids e demais ISTs.

Por haver poucos estudos a respeito do tema na América Latina, o trabalho se faz importante para compreender como a realidade brasileira está caminhando para frente no cuidado ao HIV/Aids.

Método

A seguinte pesquisa analisou e problematizou a produção científica em português sobre a Prevenção Combinada como estratégia de contenção do HIV/Aids. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática (Cooper, 1982; Mendes *et al.*, 2008; Sobral; Campos, 2012), na qual se analisou o que se tem produzido em português acerca da temática das diversas modalidades de prevenção à infecção pelo vírus do HIV, a partir das publicações acadêmicas em periódicos eletrônicos indexados na base de dados da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Ressalta-se ainda que a BVS foi selecionada para a busca pois possui em sua composição um acervo de bases de dados em saúde importantes, tais como a LILACS, Medline e BIREME.

O material foi analisado por meio dos seguintes descritores: "Prevenção Combinada" AND "HIV/Aids", buscando as produções publicadas em português, sem restrição temporal. Com isso, propôs-se uma revisão sistemática da literatura, baseada nas seis etapas propostas por Cooper (1982): formulação do problema, levantamento, avaliação, análise e interpretação de dados e apresentação dos resultados. Assim, após a identificação inicial do material pela correspondência dos descritores utilizados na busca, os resumos foram lidos para análise dos aspectos relativos aos objetivos geral e específicos desta pesquisa. Nos casos em que o resumo não permitiu a decisão a partir dos critérios adotados, realizou-se a leitura na íntegra do material. Em seguida, analisou-se a postulação, definição e operacionalização da estratégia da Prevenção Combinada e agrupou-se por temas às principais questões levantadas.

Na quarta etapa, foram analisadas as produções acadêmicas relativas ao tema da Prevenção Combinada

que se aproximavam do tema de nossa pesquisa, a atuação e o trabalho em prevenção e produção de saúde no contexto do HIV/Aids. Por fim, foram apresentados os resultados, identificando as lacunas e desafios para o campo da prevenção ao HIV/Aids no Brasil.

Resultados e discussão

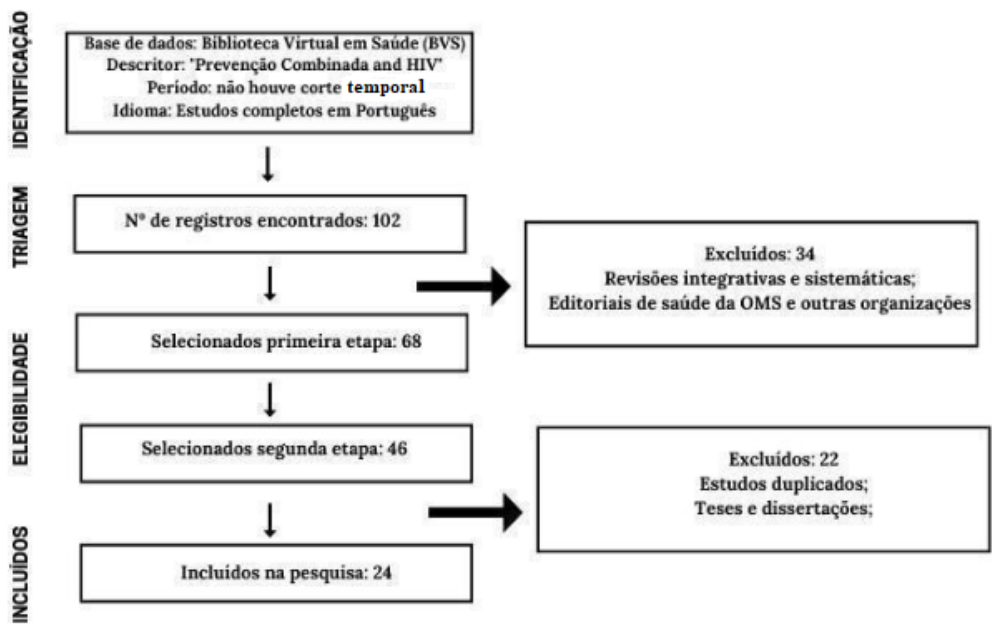


Figura I - Fluxograma da revisão
Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Ressalta-se que diferentemente da maioria dos que usam metodologia qualitativa, todos os estudos a respeito da transmissão vertical são no âmbito descritivo e epidemiológico, o que dificulta acessar determinados atravessamentos relacionados à percepção que o público-alvo tem do acompanhamento e tratamento ali utilizado.

Tabela I - Dados dos artigos finais selecionados para a revisão

Autoria (ano)	Público alvo e/ou objeto de Investigação	Tipos de Prevenções pesquisadas ou utilizadas	Tipo de pesquisa	Resultados Apresentados
Oliveira, Bonato e Cattani, (2022)	Caso clínico (jovem do sexo feminino de 28 anos)	Adesão à terapia antirretroviral e monitorização de exames	Relato de caso	Aumento na expectativa de vida; Diminuição da carga viral
Sousa et al. (2022)	Usuários do Centro de Testagem	PrEP	Exploratória e qualitativa	Aumento na adesão à PrEP após ela ser inserida no dispositivo, sendo uma ferramenta importante, principalmente entre HSH
Pimenta et al. (2022)	71 pessoas (técnicos, gestores e profissionais de saúde + usuários de dispositivos que trabalham com prevenção e controle de ISTs)	PrEP	Qualitativa	Dificuldade de inclusão na PrEP de travestis, HSH negros, pobres de periferia e mulheres trans; Sobrecarga no trabalho por parte de profissionais em gestores que trabalham com prevenção à ISTs

Avizu, Santos e Moreno (2022)	28 homens do sexo masculino, 22 mulheres do sexo feminino	Adesão ao tratamento antirretroviral	Qualitativa e descritiva	A adesão ao tratamento antirretroviral deixou a carga viral indetectável; A maior parte do público que aderiu ao tratamento foram pessoas entre 51 e 60 anos
Augusto et al. (2021)	25 Homens que fazem sexo com outros homens	PEP	Qualitativa	Ampliou o debate sobre aspectos subjetivos envolvendo a prevenção do HIV entre HSH
Kolling e Oliveira (2021)	Mulheres do sexo feminino e trabalhadores do sexo maiores de 18 anos (análise de 4.328 questionários)	Conhecimento da PEP associado ao uso de preservativo	Epidemiológica transversal	Identificou que trabalhadoras do sexo ainda não têm acesso assegurado às tecnologias de prevenção combinada no Brasil, em especial à PEP
Santos, Schor e Lima (2021)	8 homens do sexo masculino entre 18 e 42 anos que trabalham como profissionais do sexo	PrEP e PEP	Qualitativa	A camisinha é obrigatória durante o trabalho com sexo Pouco conhecimento a respeito dos métodos de prevenção combinada (PrEP e PEP)
Costa e Gonçalves (2021)	12 profissionais de saúde e usuários de PEP	PEP	Etnográfica	Oferta individualizante e sem contexto a respeito do uso da PEP nos serviços de saúde
Fermo et al. (2021)	Aplicativos móveis para smartphones que abordem sobre o cuidado frente ao HIV/Aids	Cuidado frente ao HIV/Aids por meio de aplicativos móveis	Estudo documental	Diversidade entre APPs do sistema de saúde; direcionados a usuários; direcionados a profissionais; APPs independentes Há uma necessidade de atualização tanto tecnológica quanto informativa nos APPs investigados
Cruz Neto e Oliveira (2020)	Análise de mídias audiovisuais e impressas do governo federal referentes ao cuidado do HIV/Aids durante o carnaval de 2018	Cuidado e informação ao HIV/Aids e prevenção combinada	Estudo qualitativo de mídias	Ambiguidade nos discursos de propaganda (linguagem de ordem x linguagem horizontal) Superficialidade e pouco contexto ao abordar sobre prevenção combinada
Monteiro e Brigeiro (2019)	Região metropolitana	Acesso a informações e ao tratamento a respeito da prevenção combinada	Estudo de análise social e econômica	Dificuldade de alcance da prevenção combinada
Calais e Perucchi (2017)	Comparativo de dados de políticas públicas	Informações a respeito do HIV/Aids;	Análise documental	Dificuldade de se efetivar políticas públicas frente ao HIV/Aids por carência de

entre dois países		Efetivação de políticas que envolvem prevenção combinada		recursos na saúde e na educação
				Vulnerabilidade social ligada ao cuidado frente ao HIV/Aids
Carvalho et al. (2017)	Homem do sexo masculino de 57 anos	Tratamento ao HIV/Aids junto a tratamento de doença coronária	Relato de caso	Riscos cardiovasculares oriundos de outras condições podem influenciar nos sintomas do HIV/Aids Necessidade de utilizar mais fármacos no tratamento ao HIV/Aids, por conta de doença coronária
Sousa e Pinto (2016)	Dados referentes a pacientes de serviços de saúde pública com HIV/Aids, no intervalo de 5 anos	Análise do impacto da terapia antirretroviral	Análise espacial de dados	Após implementação da terapia antirretroviral nos serviços de tratamento e cuidado à ISTs, a carga viral de transmissão diminuiu 32%, no Brasil, entre 2007 e 2011 Norte e Nordeste apresentaram cargas virais de transmissão quase duas vezes maior que a registrada nas outras regiões do país, nesse espaço de tempo
Fernandes et al. (2017)	40 entrevistas com casais soropositivos e soronegativos	Conhecimento de prevenção combinada com as relações afetivas e sexuais	Estudo qualitativo	Falta de conhecimento sobre prevenção e transmissão ao HIV/Aids entre os casais
Araújo et al. (2015)	70 mulheres do sexo feminino soropositivas	Saber como acontece a abordagem médica durante o pré-natal e o cuidado informativo frente à transmissão vertical em gestantes soropositivas	Epidemiológica e descritiva	Todas as gestantes foram orientadas a não amamentarem seus filhos A transmissão vertical (TV) ocorreu em 12,85% das gestantes que participaram do estudo
Padoin et al. (2015)	81 mulheres do sexo feminino	Análise da percepção frente o tratamento antirretroviral em mulheres	Descritiva	77 das 81 mulheres sabiam o porquê precisavam tomar antirretrovirais 66 não dependiam de alguém para se lembrar de tomá-los e 41 consideravam fácil realizar o tratamento
Ceccato et al. (2004)	358 pessoas que convivem com HIV/Aids	Compreensão de informações e cuidado durante terapia antirretroviral	Análise transversal e qualitativa	Inadequações nas orientações dadas pelos profissionais da saúde a pacientes e necessidade de investir em estratégias que incrementem qualidade dessas orientações

Abrão <i>et al.</i> (2014)	Análise da estrutura e organização de serviços especializados no cuidado ao HIV/Aids em um município brasileiro	Saber como acontece a efetivação do tratamento e cuidado ao HIV/Aids em serviço especializado	Qualitativa	Quando há uma equipe multiprofissional mínima exigida pelo Ministério da Saúde, os serviços se tornam mais aptos a realizar as ações previstas no tratamento e cuidado à ISTs
Campos e Schor (2008)	920 vítimas de violência sexual localizadas a partir de prontuários de um hospital (sendo quase 90% do sexo feminino)	Analisar e acompanhar o uso de tratamento antirretroviral frente a vítimas de violência sexual, a partir de prontuários entre o período de 2003 e 2005	Estudo descritivo	A busca ao denunciado de violência permitiu conhecer sua sorologia, o que poderia suspender o tratamento antirretroviral das vítimas (isso aconteceu em 1/3 dos casos), diminuindo a possibilidade de efeitos adversos
Meiners (2008)	Dados públicos a respeito de patentes farmacêuticas	Discutir as patentes de indústrias farmacêuticas e seus impactos no acesso ao tratamento com antirretrovirais	Discussão teórica	O conflito entre patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos ameaça determinados países, à medida que seus programas tentam se efetivar frente à prevenção e controle de ISTs
Paião <i>et al.</i> (2008)	33 gestantes soropositivas e seus respectivos 33 filhos	Terapia antirretroviral e informações de cuidado frente à transmissão vertical	Epidemiológica e descritiva	15 (46%) das crianças submetidas à terapia antirretroviral e acompanhadas durante pelo menos 2 anos, apresentaram sorologia negativa para o HIV
Amaral (2007)	Analisados e acompanhados, dados e resultados referentes a 197 gestantes entre 1990 e 2000	Práticas de cuidado e terapia antirretroviral para reduzir a recorrência de transmissão vertical	Epidemiológica e descritiva	A adoção de intervenções recomendadas por consenso nacional de especialistas, com provisão gratuita de drogas, mostrou-se eficiente para reduzir a transmissão congênita do HIV
De Brito <i>et al.</i> (2006)	Crianças nascidas no Brasil entre 1990 e 2001	Impacto na ocorrência de transmissão vertical após implementação da terapia antirretroviral	Epidemiológica e descritiva	Houve diminuição nas cinco regiões do país no número de casos de crianças soropositivas nascidas de mães soropositivas, a partir de 1997

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Recortes populacionais

Como observado na tabela acima, há uma tendência na escolha de público-alvo, seja para ação de intervenção ou estudo de comportamento, sendo a maioria absoluta de adultos. Em campanhas de prevenção ou na literatura científica, o que se nota é uma invisibilidade etarista, como se pessoas idosas não precisassem de atenção no âmbito do HIV.

Enquanto isso, as questões de saúde sexual na velhice se mantêm com baixa prioridade nas políticas, RBSH 2024, 35, e1137, 1-14

atividades e pesquisas nacionais, sobretudo nas relativas ao HIV, o que contribuiu para o surgimento de mitos e preconceitos sobre a sexualidade na velhice. A sexualidade na terceira idade ainda é um assunto pouco discutido na área da saúde, com baixa visibilidade e mal compreendido pela sociedade, pelos próprios idosos e pelos profissionais médicos. Portanto, compreender as vulnerabilidades de pessoas idosas à infecção pelo HIV é necessário para avançar no combate à epidemia de Aids (Vieira *et al.*, 2020).

Nesse âmbito, é interessante observar que no estudo de Avizu, Santos e Moreno (2022), são justamente as pessoas mais velhas do estudo que aderem aos métodos de prevenção ao HIV, o que pode nos levar à discussão de vivência, já que essas pessoas provavelmente presenciaram, quando jovens e adultas, a descoberta e expansão devastadora, e muito alardeada, da síndrome, durante a década de 1980.

Já no estudo de Kolling e Oliveira (2021), observam-se incongruências presentes de forma mais sutil em outros estudos, questionando-se a baixa quantidade de mulheres trans que aderem à prevenção ou que participam de estudos, ao mesmo tempo que as próprias intervenções e a metodologia do estudo priorizavam como público-alvo mulheres do sexo feminino.

No campo das políticas públicas para travestis e transgêneros, esse passou a ter mais relevância a partir de políticas de prevenção do HIV/Aids formuladas nos anos 1990, que então as incluía em categorias como “homossexual” e “homens que fazem sexo com homens” (HSH). Já em 2007, o ministério da saúde lançou o Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização do HIV/Aids, colaborando para produzir uma agenda de reivindicações em conjunto com movimentos sociais de travestis no país. Mais recentemente, outra importante conquista no enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e Outras IST, contemplando mulheres trans, é o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e IST entre Gays/HSH e Travestis (Magno *et al.*, 2019).

Há ainda a regulamentação das diretrizes técnicas e éticas do processo transexualizador no SUS (2008), que engloba a cirurgia de redesignação sexual, a assistência e o cuidado para transexuais. Em 2013, a regulamentação foi redefinida e essa cirurgia deixou de ser uma meta terapêutica, favorecendo as demandas das travestis interessadas somente em hormônios e próteses. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT de 2011 trouxe avanços na atenção às pessoas trans/transexuais, como medicamentos isentos de prescrição e cobertura do nome social. Em 2016, essas preocupações foram novamente levantadas em novas medidas governamentais voltadas para a saúde inclusiva, humanização e dignidade para travestis, mulheres e pessoas transexuais, fortalecendo o investimento público para atender às suas necessidades (Magno *et al.*, 2019).

Estratégias de acesso ao cuidado, serviços e assistência

Por sua vez, o estudo de Fermo e colaboradores (2021) aborda os aplicativos móveis (APPs) e o cuidado ao HIV/Aids. É interessante observar que, diferentemente dos serviços de informação e conhecimento a distância do SUS, cuja maior parte está hospedada em sites/blog, o que se observou é que esses aplicativos são muito mais acessados e impactam mais no conhecimento e na difusão de informações sobre prevenção e cuidado ao HIV.

Os APPs podem utilizar mensagens instantâneas ou de monitoramento por meio de *smartphones*, para repassar informações a respeito da síndrome. O estudo de Fermo e colaboradores demonstrou a necessidade urgente de não apenas criar APPs, mas também de avaliação e atualização contínua a respeito das situações que surgirem, como novas informações a respeito do HIV/Aids e modificações no aplicativo que facilitem seu acesso, de acordo com as atualizações dos aparelhos telefônicos. Nas pesquisas de Soares e colaboradores (2022) e Queiroz e colaboradores (2019), a utilização de aplicativos móveis no cuidado e conhecimento a respeito do HIV/Aids também demonstra resultados bastante pertinentes e importantes, tais como: melhora do conhecimento após o uso dos aplicativos nas variáveis relacionadas a informações sobre a transmissão do vírus e conhecimento sobre o tratamento.

Diferentes abordagens e estratégias de prevenção

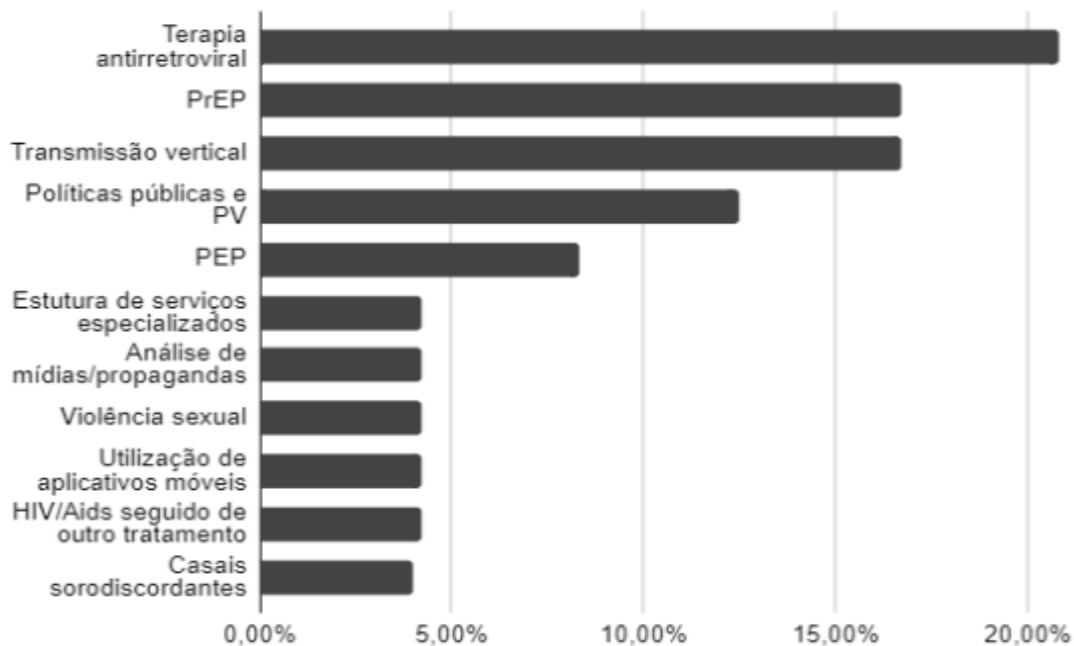


Figura 2 - Recorrência por temática principal dos artigos incluídos na revisão

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

A partir do gráfico acima, percebe-se que uma boa parte dos estudos se concentrou em profilaxia pré-exposição (PrEP) e profilaxia pós-exposição (PEP). Essas duas tecnologias de prevenção do HIV, incluindo a profilaxia PrEP, na qual os medicamentos antirretrovirais (ARVs) são tomados antes do contato sexual, revigoraram e aumentaram a confiança no controle da epidemia global de HIV. Os estudos que abordavam sobre mais de um tipo de prevenção, destacou-se no gráfico aquele tipo de prevenção ou tratamento central/principal no qual ele focava.

O estudo de Cunha, Cruz e Pedroso (2022) já demonstra a segurança e a eficácia da PrEP em homens que fazem sexo com homens por diversas vias de administração, como diária, sob demanda e injeção. Apesar das recomendações da UNAIDS (2020) de acesso preferencial à PrEP e cobertura de 50% para pessoas trans com alto risco de HSH e infecção pelo HIV, a epidemia continua a crescer entre os jovens em muitas partes do mundo, inclusive no Brasil (Magno *et al.*, 2019).

Em relação aos dispositivos especializados pesquisados, tanto o apresentado por Pimenta *et al.* (2022) quanto o por Costa e Gonçalves (2021) trazem experiências que precisam ser superadas no Brasil. No caso do primeiro estudo, foi relatado que os profissionais se sentem sobrecarregados, pois a implementação da PrEP se deu de forma repentina e não houve tempo para os profissionais estarem se capacitando. Já no estudo de Costa e Gonçalves (2021), foi detectada a circulação de muita desinformação por parte de alguns profissionais, que acabam por repassar conteúdo errôneo e descontextualizado a respeito do HIV/Aids.

No estudo de Lermen e colaboradores (2020) analisou-se as representações sexuais e de prevenção combinada nas campanhas do governo federal e ministério da saúde do 1º de dezembro (dia mundial do combate à Aids), entre os anos de 2013-2017. O estudo revelou que há uma forte presença nas campanhas de uma oferta de testagem, PrEP e PEP, simbolizada pela expressão recorrente “preservativo, teste e comprimido”. O estudo também evidencia que essas campanhas publicitárias nacionais atribuem suas mensagens a uma responsabilização e autovigilância da sexualidade, especialmente no que se refere ao abordar sobre testagem. Os autores indicam ainda que em relação à prevenção combinada, antes as campanhas focavam bastante no uso do preservativo e na gestão dos afetos e diferentes interações sexuais, já as campanhas dessa última década tiveram um enfoque maior na responsabilização e no que os autores vão definir como conhecimento de si. Por último, o estudo também revela que cada vez mais as alternativas biomédicas ocupam um lugar de destaque nessas campanhas, principalmente focadas em determinados grupos sociais.

Debruçando-se na realidade do contexto brasileiro em relação a referências, a documentos e às políticas

mais recentes indicadas pelo ministério da saúde, um estudo realizado por Prado e colaboradores (2022), a partir de uma análise de protocolos e diretrizes disponibilizados pelo ministério da saúde, traz os mais recentes avanços e como se dá a política de prevenção e cuidado ao HIV/Aids. Os autores evidenciaram que em relação à PEP, o Ministério da Saúde (2018) reitera que adolescentes possuem o direito à profilaxia mesmo sem a aprovação dos pais, já em relação à PrEP, preconiza-se pelo trabalho singular especializado na população adolescente, reiterando-se a autonomia e a acessibilidade à prevenção. Sobre a questão dos direitos reprodutivos, o Ministério da Saúde (2019) possui um protocolo de planejamento contínuo, com ênfase em mulheres que possuem HIV.

Ainda sobre a PrEP, esse estudo de Prado e colaboradores (2022) mostra que o Ministério da Saúde (2018), mesmo fazendo as indicações ao uso dessa profilaxia, ressalta que cada indivíduo possui o direito de recusar o uso de insumo e a realização de exames, propondo, nesses casos, que seja feito um prontuário registrando a recusa. Já para casais soro discordantes, a PrEP é ofertada como medida adicional de prevenção, ressaltando a autonomia da pessoa que não vive com HIV para o seu nível de exposição. Em relação à população geral que vive com HIV (PVH), o Ministério da Saúde (2019) indica que tanto a saúde sexual quanto reprodutiva deve ser assegurada no sentido de sua autonomia e decisão reprodutiva naquilo que diz respeito às práticas sexuais.

Em relação aos serviços especializados que prestam assistência e apoio na atenção e cuidado ao HIV/Aids no contexto brasileiro, por meio do estudo de Loch e colaboradores (2018), foi identificado que até 2015, no Brasil, 1.024 serviços estavam cadastrados dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) como dispositivos que fazem seguimento contínuo em nível ambulatorial a pessoas que vivem com HIV. Já na rede de assistência que opera o acesso universal ao tratamento antirretroviral, por exemplo, esse estudo identificou que o número de pacientes abarcados pelo tratamento varia bastante entre os dispositivos espalhados pelo país, indo de um a mais de 5.000 usuários. No que se refere ao estabelecimento de protocolos clínicos e pela provisão de medicamentos antirretrovirais, essa é uma responsabilidade do Governo Federal, bem como os exames específicos (carga viral, CD4 e genotipagem). Já o aporte e manutenção de todos os demais recursos, inclusive os processos de organização assistenciais, dependem dos níveis estaduais, municipais e locais de gestão do SUS (Loch *et al.*, 2018).

Esse mesmo estudo de Loch e colaboradores (2018) também conseguiu identificar um dado interessante em relação ao tratamento e acompanhamento de pessoas com HIV/Aids. No Brasil, o interrompimento do cuidado contínuo ocorre nas etapas de diagnóstico (13,5% das pessoas infectadas ou uma estimativa de 112 mil pessoas); na retenção (16,5% das pessoas vinculadas abandonaram ou sequer iniciaram o seguimento); e no tratamento em si (19,5% dos retidos ou pessoas que embora tenham realizado carga viral ou CD4 no período, não tiveram nenhuma dispensação de antirretroviral).

Indo para além dos dados epidemiológicos, a convivência com HIV/Aids constrói social e simbolicamente modos de se viver e experimentar o mundo. É de extrema importância pensar na produção de cuidado em saúde frente a essas pessoas, pensando que o cuidado no contexto do HIV/Aids atravessa inúmeras questões que não são redutíveis à síndrome.

Considerações finais

Dentre os principais pontos que a pesquisa conseguiu evidenciar, pode-se destacar: a variedade regional das pesquisas encontradas, observando-se estudos em todas as cinco macrorregiões brasileiras; a prevalência no direcionamento dos estudos quase somente para a população jovem-adulta da faixa dos 18 aos 30 anos (20 dos 24 artigos selecionados); uma grande quantidade de estudos focados na investigação clínica e epidemiológica (16 dos 24 estudos), não oportunizando uma variedade para outros tipos de estudos mais qualitativos e de intervenção participante e estudos preestabelecidos com um pensamento transfóbico, para definir o público alvo ou a amostra, o que acaba por invisibilizar e estigmatizar determinados grupos.

Indica-se para futuros pesquisadores sobre o tema, analisar mídias sociais onde o debate acontece a todo momento e de forma intensa, como é o caso das redes sociais *twitter* e *instagram*, espaços onde as discussões a respeito do HIV/Aids assumem outras formas. Como discutido por meio de um dos estudos encontrados, a utilização de aplicativos móveis também é um importante caminho de investigação para

compreender mais sobre como anda o debate frente à temática.

Por fim, com a revisão de literatura realizada, pode-se concluir que o debate na literatura científica a respeito da prevenção combinada e do cuidado e atenção ao HIV/Aids perpassa diferentes esferas, indo dos serviços de saúde especializados ao papel da mídia, às interferências da percepção popular e dos modos de abordagem e cuidados profissionais de como a sociedade e a saúde pública brasileira estão absorvendo e implementando o tratamento antirretroviral em outros terrenos, na questão da violência sexual e também na utilização de aplicativos móveis, mas, sobretudo, na chamada reemergência da epidemia de HIV/Aids.

Referências

- ABRÃO, F. M. S.; ANGELIM, R. C. M.; CARDOSO, M. D.; QUEIROZ, S. B. A.; FREITAS, R. M. M.; OLIVEIRA, D. C. Características estruturais e organizacionais de serviços de assistência especializada em HIV/AIDS na cidade do Recife, Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 38, p. 140, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-757798>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- AMARAL, E.; ASSIS-GOMES, F.; MILANEZ, H.; CECATTI, J. G.; VILELA, M. M.; SILVA, J. L. P. Implementação oportuna de intervenções para reduzir a transmissão vertical do HIV: uma experiência brasileira bem-sucedida. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 21, n. 6, p. 357-364, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-463152>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- ARAÚJO, E. C.; DROSDOKI, F. S.; NUNES JÚNIOR.; BORGES, N.; FERREIRA, P. G. Avaliação da abordagem médica em gestantes HIV positivas. *Revista Paraense de Medicina*, v. 29, n. 2, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-761179>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- AUGUSTO, M.; SANTOS, L. A.; GRANJEIRO, A.; COUTO, M. T. Percepções de risco e profilaxia pós-exposição ao HIV entre homens que fazem sexo com homens em cinco cidades brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 11, p. 5739-5749. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.29042020>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- AVIZU, K. K. O.; SANTOS, M. G.; MORENO, A. H. Adesão ao tratamento com terapias antirretrovirais por pacientes soropositivos atendidos no município de Catanduva-SP. *Cuidarte Enfermagem*, v. 16, p. 35-42, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1393477>
- BAVINTON, B. R. et al. Strategies used by gay male HIV serodiscordant couples to reduce the risk of HIV transmission from anal intercourse in three countries. *Journal of the International AIDS Society*, v. 22, n. 4, p. e25277, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6462805/>
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes*. Brasília (DF): Secretaria de Atenção à Saúde, 2018. Disponível em: <https://antigo.aids.gov.br/pt-br/tags/publicacoes/criancas>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS*. Portaria MS nº 457. Brasília (DF): Secretaria de Atenção à Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 03 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais*. Brasília (DF): Secretaria de Atenção à Saúde, 2019. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-prevencao-da-transmissao-vertical-do-hiv/>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV/Aids*. Brasília (DF): Secretaria de Vigilância em Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)*. Portaria Nº 2.836. Brasília (DF): Secretaria de Atenção à Saúde, 2011. Disponível em:

https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/sau.delegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRITO, A. M.; SOUSA, J. L.; LUNA, C. F.; DOURADO, I. Tendência da transmissão vertical de Aids após terapia antirretroviral no Brasil. *Revista Saúde Pública*, v. 40, p. 18-22, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-16729155>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BUTTURI JUNIOR, A. O HIV, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 2, 637-657, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103181386555542019582>

CALAIS, L. B.; PERUCCHI, J. Políticas Públicas de Prevenção ao HIV/AIDS: uma aproximação entre França e Brasil. *Psicologia em Revista*, v. 23, n. 2, p. 573-588, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p573-588>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CAMPOS, M. A. M. R.; SCHOR, N. Violência sexual como questão de saúde pública: importância da busca ao agressor. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 3, p. 190-200, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300019>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CARVALHO, A. S.; VALENTE, O. R.; MORAIS, A. L.; MODAS, D. P.; CARVALHO, S.; RAMIRO, F. L.; CRUZ, F. HIV and coronary disease - When secondary prevention is insufficient. *Revista Portuguesa de Cardiologia*, v. 36, n. 7-8, p. 569.e1-569.e8, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-28697899>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CECCATO, M. G. B.; ACURCIO, F. A.; BONOLO, P. F.; ROCHA, G. M.; GUIMARÃES, M. Compreensão de informações relativas ao tratamento anti-retroviral entre indivíduos infectados pelo HIV. *Caderno de Saúde Pública*, v. 20, n. 5, p. 1388-1397, 2004. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-385220>. Acesso em: 03 jul. 2023.

COOPER, H. Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. *Review of Educational Research*, v. 52, n. 2, p. 291-302, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1170314>

COSTA, A. H. C.; GONÇALVES, T. R. Globalização farmacêutica e cidadania biológica: notas sobre a implementação da profilaxia pós-exposição no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. e00041420, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00041420>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CRUZ NETO, J.; OLIVEIRA, J. D. Análise de imagem de campanha oficial contra HIV/Aids no Brasil: um estudo qualitativo. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 34, e38224, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18471/rbe.v34.38224>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CUNHA, A. P.; CRUZ, M. M.; PEDROSO, M. Análise da tendência da mortalidade por HIV/AIDS segundo características sociodemográficas no Brasil, 2000 a 2018. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 895-908, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.00432021>

DOURADO, I. et al. Revisitando o uso do preservativo no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, p. 63-88, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/cj8wqLjBQZ9MGCTmrPrfZgw/?lang=pt&format=pdf>

FERMO, V.; TOURINHO, F. S. V.; MACEDO, D. D. J.; FAGUNDES, P. B.; ALVES, T. F.; ILHA, P. Aplicativos HIV/Aids: uma prospecção tecnológica. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, v. 13, p. 989-994, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9759>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FERNANDES, N. M.; HENNINGTON, E. A.; BERNARDES, J. S.; GRINSZTEJN, B. G. Vulnerabilidade à infecção do HIV entre casais soro discordantes no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 33, n. 4, 2017, p. e00053415. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053415>. Acesso em: 02 jul. 2023.

KOLLING, A. F.; OLIVEIRA, S. B.; MERCHAN-HAMANN, E. Fatores associados ao conhecimento e

utilização de estratégias de prevenção do HIV entre mulheres trabalhadoras do sexo em 12 cidades brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 3053-3064, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.17502020>

LERMEN, H. S. et al. Aids em cartazes: representações sobre sexualidade e prevenção da Aids nas campanhas de 1º de dezembro no Brasil (2013-2017). *Interface*, v. 24, e180626. 2020. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100205&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2023.

LOCH, A. P.; CARACIOLO, J. M.; ROCHA, S. Q.; FONSI, M.; SOUZA, R. A.; GIANNA, M. C.; GONÇALVES, A.; KALICHAN, A. O Avaliação dos serviços ambulatoriais de assistência a pessoas vivendo com HIV no Sistema Único de Saúde: estudo comparativo 2007/2010. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 36, n. 5, 2018. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7473>

MAGNO, L.; SILVA, L. A. V.; VERAS, M. A.; PEREIRA-SANTOS, M.; DOURADO, I. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112718>

MEINERS, C. M. A. Patentes farmacêuticas e saúde pública: desafios à política brasileira de acesso ao tratamento antirretroviral. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 24, n. 7, p. 1467-1478. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000700002>. Acesso em: 03 jul. 2023.

MENDES, K.; SILVEIRA, R. C.; GALVÃO, C. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Prevenção do HIV/Aids em municípios da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil: hiatos entre a política global atual e as respostas locais. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, e180410, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180410>. Acesso em: 02 jul. 2023.

OLIVEIRA, G. C. B.; BONATTO, M.; CATTANI, F. Acompanhamento do comportamento do HIV através de exames laboratoriais em portadora do vírus: relato de caso. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 26, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v26i2.2022.8055>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PADOIN, S. M. M.; ZUGE, S. S.; ALDRIGHI, J. D.; PRIMEIRA, M. R.; SANTOS, E. E. P.; PAULA, C. C. Mulheres do Sul Brasil em terapia antirretroviral: perfil e o cotidiano medicamentoso. *Epidemiologia E Serviços De Saúde*, v. 24, n. 1, p. 71-78. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000100008>. Acesso em: 02 jul. 2023.

PAIÃO, J. B.; TELINI, D.; PRESENTE, F. C.; PARRO, M. C.; VENDRUSCULO, D. M. S. Transmissão vertical do vírus HIV em uma cidade do interior paulista e região no período de 2004 a 2008. *CuidArteV*, v. 2, n. 2, p.152-158, 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1027784>. Acesso em: 02 jul. 2023.

PARKER, R. Mudanças de paradigmas na intervenção e pesquisa de HIV/AIDS: comportamento, cultura e política. In: PARKER, R. *Na contramão da Aids: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA, 2000, p. 65-78.

PIMENTA, M. C.; BERMÚDEZ, X. P.; GODOI, A. M. M.; MAKSDUD, I.; BENEDETTI, M.; KAUSS, B.; TORRES, T. S.; HOAGLAND, B.; PEREIRA, G. F. M.; GRINSZTEJN, B.; VELOSO, V. G. Barreiras e facilitadores do acesso de populações vulneráveis à PrEP no Brasil: Estudo ImPrEP Stakeholders. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 1, p. e00290620, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00290620>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PRADO, A. S.; CAETANO, M. V. A.; RAMOS, E. C. S. Direitos Sexuais e Reprodutivos nos Protocolos Profissionais sobre HIV/Aids. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, p. 1663-1686, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71771>

QUEIROZ, A. A.; MATOS, M. C. B.; ARAÚJO, T. M. E.; REIS, R. K.; SOUSA, A. F. L. Infecções sexualmente transmissíveis e fatores associados ao uso do preservativo em usuários de aplicativos de encontro no Brasil. *Acta Paulista Enfermagem*, v. 32, n. 5, p. 546–553, 2019. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900076>

SANTOS, R. C. S.; SCHOR, N.; LIMA, M. C. F. “Ofereceram mil reais a mais”: Práticas de prevenção à infecção pelo HIV entre garotos de programa de luxo. *Psicologia Revista*, v. 30, n. 1, p. 35-53. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i1p35-53>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. *Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo*. Guia básico de prevenção combinada: O Que É? Como Fazer? Onde Saber Mais?. São Paulo, 2017.

SOARES, Y. K. et al. Effect of mobile application use on knowledge about human immunodeficiency virus among university students. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 43, n. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2022.20210230.en>

SOBRAL, F. R.; CAMPOS, C. J. G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 46, n. 1, p. 208-218, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000100028>

SOUSA, A. I. A.; PINTO, V. L. Carga viral comunitária do HIV no Brasil, 2007 - 2011: potencial impacto da terapia antirretroviral (HAART) na redução de novas infecções. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2016, v. 19, n. 3, p. 582-593. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600030009>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SOUSA, K. E.; QUEIROZ, R. O.; SILVA, M.; GÓES, H. L. Perfil dos usuários de uma unidade especializada do Paraná sobre profilaxia pré-exposição ao HIV/Aids. *Revista Enfermagem Atual in Derme*, v. 96, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1331>. Acesso em: 03 jul. 2023.

UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. *Monitoring and evaluating progress to eliminate all forms of HIV-related stigma and discrimination*. 2020. Disponível em: https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/eliminating-discrimination-guidance_en.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. *Prevention gap report*. 2016. Disponível em: https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/2016-prevention-gap-report_en.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

VIEIRA, C. P. B.; COSTA, A. C.; DIAS, M. C. L.; ARAÚJO. Tendência de infecções por HIV/Aids: aspectos da ocorrência em idosos entre 2008 e 2018. *Escola Anna Nery*, v. 25, n. 2, p. e20200051, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0051>

Recebido em: 22/10/2023

Aprovado em: 26/03/2024